

Matéria publica na Revista Época de 12.07.99

## - Quando o medo veste branco

### Auxiliar de enfermagem que contraiu Aids no hospital onde trabalhava revela o drama dos profissionais de saúde que atendem portadores do HIV

O acidente que mudou a vida da auxiliar de enfermagem Irene Ortinho aconteceu no fim do expediente de 14 de outubro de 1994, uma sexta-feira igual às outras na rotina do Hospital e Maternidade São Leopoldo, Zona Sul de São Paulo. Antes de ir embora, Irene notou que a mangueira do soro havia escapado do braço de um paciente com Aids em estado terminal. Pediu a uma colega que a ajudasse. A amiga encontrou a veia e introduziu o tubo de plástico por onde passa o soro. Na retirada da agulha, a tragédia: o paciente moveu-se bruscamente, esbarrou na mão da ajudante e a agulha, infectada, perfurou o braço direito de Irene. Ao contrário do que recomendam as normas, nenhuma das duas usava luvas. Registrado o caso, Irene fez teste anti-HIV em seguida.

#### **A extensão do problema**

##### **Os números conhecidos sobre acidentes com profissionais**

**0,3%**

A probabilidade de um profissional se contaminar pelo HIV após um acidente.

**54**

Número de profissionais de saúde americanos infectados no trabalho desde o aparecimento da Aids.

**376**

Total de profissionais de saúde que sofreram acidentes com sangue de soropositivo no Rio entre janeiro de 1997 e junho de 1999.

O resultado do exame saiu três dias depois: negativo. Na consulta médica, a auxiliar de enfermagem revelou detalhes sobre seu comportamento sexual, foi aconselhada a usar camisinha e informada de que faria novos testes. As febres e os primeiros gânglios começaram a surgir em novembro. Apesar dos sintomas iniciais da doença, dois novos exames realizados em dezembro também foram negativos. Um semestre depois daquele final de expediente, veio a confirmação. Irene abriu o envelope na frente das colegas, deparou com a informação de que estava infectada. Atônita, correu pelos corredores do hospital. E a vida começou a mudar. O caso não foi relatado ao Programa Nacional de Aids do Ministério da Saúde. Os infectologistas brasileiros também nunca ouviram falar dela. Irene mesma não queria se lembrar do que aconteceu. Daquela data até

o começo do ano, vagou por muitos endereços. Não conseguia fazer amizades, afastou-se do namorado. A família não lhe deu apoio. Irene não queria ver ninguém. Mas há cinco meses, quase cinco anos depois do acidente, ela conseguiu retomar a vida com ajuda médica e psicológica. Ainda não faz planos para o futuro, mas ensaia o recomeço.

A reportagem de ÉPOCA a procurou desde o início do ano. Encontrada depois de muita insistência, Irene decidiu contar a sua história. Depois de constatada a infecção, ela continuou a trabalhar, mas com medo. Imaginava que os doentes descobririam sua condição e decidiu afastar-se. Rompeu o namoro, mudou-se para Itápolis, no interior paulista, onde o pai morava. Os moradores descobriram o segredo e passaram a evitá-la. O pai havia morrido quando uma manicure, assustada, desistiu de atendê-la. Foi o bastante. Irene mudou-se, trocou de endereço dezenas de vezes. Em fevereiro de 1996, entrou com ação por reparação de danos contra o hospital na 6ª Vara Cível do Fórum Central, em São Paulo. Acordo selado em junho do ano passado garantiu-lhe a indenização de R\$ 13 mil, pagamento mensal vitalício de 4,4 salários mínimos (R\$ 598,40), assistência médica e custeio de remédios. "Muito provavelmente ela contraiu o vírus no hospital e, por isso, fizemos o acordo", diz a advogada do São Leopoldo, Cíntia Marsigli Costa. Afastada por acidente de trabalho, Irene recebe R\$ 780 do INSS e aguarda a aposentadoria. "Foi uma fatalidade", diz:

"O hospital agiu corretamente, mas o dinheiro não vai trazer minha saúde de volta." Naquela tarde de sexta-feira, a auxiliar de enfermagem entrou para um grupo muito pequeno e estigmatizado, o de pessoas que contraem Aids no trabalho. A probabilidade de um acidente como o de Irene é de 0,3%, estima o Centro de Controle de Doenças (CDC), de Atlanta, Estados Unidos. Os registros mostram que apenas 54 profissionais de saúde contraíram o HIV de pacientes nos Estados Unidos. Outros 90 possivelmente infectaram-se no trabalho, mas não há como provar. O Brasil não dispõe de registro oficial sobre infectados em acidentes de trabalho. "É possível que haja casos sem notificação, pois cabe aos Estados encaminhar os comunicados ao governo federal", diz Pedro Chequer, coordenador nacional do programa de Aids do Ministério da Saúde, que não conhecia o drama de Irene. Os números dos hospitais considerados referênciais no atendimento de pacientes com Aids em todo o país dão uma idéia do problema da falta de notificação. No Instituto de Infectologia Emílio Ribas, em São Paulo, cerca de mil acidentes com sangue de doentes foram relatados desde 1985. A maioria dos profissionais era constituída de atendentes de enfermagem, médicos residentes e pessoal de limpeza, nessa ordem. Por sorte, nenhum se infectou. Mas imagina-se que o número de acidentes seja maior. "A falta de registro e de adesão ao tratamento preventivo é a nossa maior dificuldade", comenta o médico Nilton José Cavalcante, presidente da comissão de infecção hospitalar.

### **Depois do acidente**

**As principais recomendações para reduzir os danos à saúde**

#### **Camisinha**

Usar sempre preservativo nas relações sexuais.

#### **Gravidez**

Evitá-la até seis meses depois da ocorrência.

**Tratamento**

O coquetel deve ser tomado nas primeiras duas horas após a ocorrência.

**Exames**

Cumprir rigorosamente os testes laboratoriais.

No Rio de Janeiro, 376 profissionais se acidentaram com sangue de pacientes soropositivos. Nenhum deles adquiriu o vírus, mas muitos abusaram do perigo. A infectologista Cristiane Rapparini, da coordenação de doenças transmissíveis da Secretaria Municipal de Saúde, diz que uma parte dos acidentados não faz exames periódicos e, portanto, está fora das estatísticas. Em Salvador, foram registrados 31 acidentes de janeiro a junho deste ano no Hospital Roberto Santos. "Os profissionais cometem erros básicos, como reencapar a agulha ou descartar de forma inadequada o material usado pelos pacientes", comenta Nanci Silva, vítima de um acidente há quatro anos e coordenadora da enfermagem de Aids.

O procedimento correto seria dispensar o material em caixas especiais de papelão sem reencapar a agulha. Hoje, recomenda-se que os profissionais comecem a tomar o coquetel de medicamentos anti-Aids até duas horas depois do acidente e continuem durante 28 dias. O tratamento só deve ser interrompido se ficar provado que a pessoa não é soropositiva. Assim, evita-se que o vírus, recém-introduzido embaixo da pele da vítima, multiplique-se e caia na corrente sanguínea. A estratégia funciona, mas, como é muito agressiva (o coquetel provoca náuseas e vômitos), fica difícil convencer os médicos a aceitar o tratamento - justamente a categoria profissional que mais deveria segui-lo.

"A gastrite era tanta que eu rolava de dor no chão", conta a dentista pernambucana C.V., de 47 anos, referindo-se aos efeitos dos remédios que era obrigada a tomar quando furou o dedo, em outubro de 1997, ao suturar a gengiva de um presidiário com Aids no Hospital Correia Picanso, em Recife. C.V. usava duas luvas em cada mão, mas elas não impediram o acidente. A dentista seguiu o tratamento até o fim e todos os testes deram negativo. O relacionamento com os colegas de trabalho nunca mais foi o mesmo. "Alguns colegas se afastaram, o que doeu muito." Ainda hoje C.V. carrega na bolsa o resultado de quatro exames negativos, pronta para retrucar qualquer comentário maldoso.

A auxiliar de enfermagem Clair Bravo, 50 anos, admite que abandonou o coquetel na primeira semana por não suportar o mal-estar. Ela trabalha há mais de dez anos no setor de hemodiálise do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Em outubro passado, o sangue de uma portadora de HIV respingou em seu rosto enquanto lavava o material reaproveitável (rim artificial e mangueiras). Depois de seis meses de angústia e exames, Clair foi liberada. Não contraiu o vírus.

A infectologista Elizabeth Neves, 44 anos, não pode dizer a mesma coisa - ainda. Acidentou-se no fim de junho no hospital carioca Evandro Chagas ao reencapar uma agulha que tinha acabado de ser usada num paciente com Aids. Elizabeth conhece bem as normas de segurança, mas

recolocou a tampa para evitar que uma estagiária se acidentasse. "Agora me sinto do outro lado e entendo o dia-a-dia do doente infectado", conta. Caso semelhante ocorreu, em 1993, com outra funcionária do Evandro Chagas, a auxiliar de enfermagem Edna Maria da Silva Carneiro, 40 anos. Ela se sentiu uma paciente terminal. "Tomei AZT por alguns dias, minha família entrou em desespero e resolvi abandonar o trabalho", conta. Superada a incerteza, Edna retomou a atividade, mas não esqueceu o pesadelo.

A técnica de laboratório Gilsonir Alves, 41 anos, vive maus momentos desde março de 1997, quando se acidentou com uma agulha ao fazer uma punção em um paciente no Laboratório Labs, na Clínica Santa Terezinha, do Rio. Comunicou o fato ao diretor Francisco Carneiro Leão, mas não foi orientada a tomar o coquetel preventivamente. Dois anos e meio depois, infectada, Gilsonir enfrenta problemas financeiros e acredita ter contraído a Aids no acidente. Leão defende-se: "O uso dos medicamentos era recomendado, mas não exigido por lei." Em maio, o auxiliar de enfermagem Guilmer Santos da Silva, 33 anos, iniciou seu purgatório no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Ele se cortou com o bisturi utilizado em um paciente de Aids que acabara de morrer. Está sendo acompanhado por Damásio Macedo Trindade, chefe de medicina ocupacional do hospital. Guilmer já não abre mão da camisinha. "Minha namorada tem me ajudado a enfrentar o problema", conta.

Esses acidentes costumam destruir a vida dos profissionais. "Nunca mais tive uma relação sexual e não me sinto preparada para ter um novo companheiro", afirma Irene Ortinho a *Época*. Tudo mudou também para a colega que a ajudava naquela tarde. Ela afastou-se do trabalho e foi internada numa clínica psiquiátrica. Após o episódio, os funcionários do São Leopoldo, um hospital particular de 135 leitos que realiza 12 mil atendimentos por mês, tornaram-se mais cuidadosos. "A história serviu de lição e os funcionários passaram a usar luvas, óculos e máscara," afirma Lucila Soares, supervisora da comissão de controle de infecção hospitalar. "Houve outros acidentes, mas nenhum com sangue de soropositivo."

Hoje, Irene toma o coquetel e remédios antidepressivos. Está sendo bem atendida por psicólogos e assistentes sociais na Baixada Santista, onde mora. Prefere o atendimento público oferecido no posto de saúde perto de casa a deslocar-se até São Paulo. A conselho da psicóloga, comprou uma cachorrinha poodle para ajudá-la a sair na rua. Chama-se Pitucha e não sai do lado de Irene.

### **O erro que não devia ocorrer**

#### **Hospital de Minas avisa pacientes que testes podem ter dado falso resultado positivo de Aids**

A constatação de que houve um erro na avaliação dos resultados de cinco exames de Aids, realizados entre agosto de 1998 e maio deste ano, obrigou o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, a rever todo o procedimento de coleta de sangue para análise laboratorial. O hospital tornou pública a falha por meio de um anúncio nos jornais locais e 120 pessoas com diagnóstico positivo para o HIV obtido nesse período estão sendo chamadas para fazer novo teste. É possível que algumas dessas pessoas recebam a notícia de

que não são portadoras do vírus da Aids.

O caso ainda está sob investigação do hospital, mas o diretor clínico Henrique Osvaldo da Gama Torres acredita que o erro ocorreu na fase manual do preparo de material para distribuição das amostras que passam pelos testes chamados Elisa e Western Blot. A pipeta de plástico usada para retirar o sangue era descartável, mas a tampa de borracha que fazia a sucção costumava ser reutilizada. Já não é mais. A Procuradoria da República em Minas enviou ofício ao hospital pedindo explicações sobre o caso. Se ficar provado que houve negligência por parte dos funcionários, eles poderão ser processados. O diretor clínico do hospital não teme a repercussão negativa do caso em Minas e no restante do país. "O fato de termos divulgado o que aconteceu é uma prova da seriedade com que executamos o trabalho de análise no hospital", afirmou. Para o infectologista Pedro Chequer, coordenador do Programa Nacional de Aids, o caso poderia ter acontecido em qualquer lugar do mundo. "Temos no Brasil a tecnologia mais moderna para a realização de exames, e problemas como esse devem ser investigados com rigor", afirmou. "O que ocorreu em Belo Horizonte serve como alerta para que os serviços de diagnósticos reforcem as normas de segurança."

Uma portaria do Ministério da Saúde obriga a realização de pelo menos quatro testes anti-HIV quando o primeiro tiver resultado positivo. O Hospital das Clínicas está convocando por carta e por telefone todas as pessoas incluídas na relação dos suspeitos de ter sido vítimas de um engano. E pede àquelas que não deixaram referências para contato que liguem para o número (031) 248-9897. No HC, o teste anti-HIV é de graça. O ministério dispõe de 144 centros de testagem e aconselhamento no país, com médicos, enfermeiros e psicólogos que acompanham a pessoa antes e depois do exame. As informações podem ser obtidas pelo Disque Aids (0800 61-1997) ou pelo site na Internet ([www.aids.gov.br](http://www.aids.gov.br)).

José Carlos Santana